

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
PRÁTICA DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE
CURSO

Larissa Liss Cardoso de Andrade

PRÁTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA MORAL

PORTO ALEGRE

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
PRÁTICA DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE
CURSO

Larissa Liss Cardoso de Andrade

PRÁTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA MORAL

Trabalho de Conclusão de Curso
submetido à COMGRAD do Curso
de Ciências Biológicas da
Universidade Federal do Rio
Grande do Sul como requisito
parcial para a obtenção do título de
Licenciado em Ciências Biológicas.

Orientadora: Professora Dra.
Russel Teresinha Dutra da Rosa

PORTO ALEGRE

2016

AGRADECIMENTOS

Ao concluir esse trabalho, quero agradecer...

... à minha orientadora e amiga Professora Doutora Russel Teresinha Dutra da Rosa pelos debates teóricos, pela troca de ideias e também de confidências. Pela dedicação na orientação do trabalho regada com carinho e compreensão.

... à minha mãe pelo apoio incondicional e por ver e debater comigo muitas e muitas vezes as cenas aqui descritas.

... ao Grupo de Comunicação Não-Violenta das terças-feiras no Casarão do Arvoredo por ser parte importante do meu apoio emocional durante esse semestre. E também por me oportunizar a vivência semanal da empatia, da escuta ativa, do respeito mútuo, do não-julgamento, entre outros valores que eu quero ajudar a cultivar no mundo.

RESUMO

Este trabalho trata sobre o desenvolvimento da autonomia moral a partir da perspectiva piagetiana, segundo a qual a capacidade moral é uma latência que o jovem pode desenvolver, tal qual o desenvolvimento sensório-motor ou intelectual. O objetivo é exemplificar e analisar, através de situações típicas de sala de aula encontradas em material audiovisual, procedimentos de professores que oportunizem o desenvolvimento da autonomia moral pelos alunos. Foram analisadas cenas do filme “Entre os Muros da Escola” (2009) e do documentário “Quando sinto que já sei” (2014). Os procedimentos pedagógicos foram classificados segundo as categorias: mediação de conflitos, princípio do respito mútuo, vigilância tranquila, sanções por reciprocidade e espaço de reflexão moral e ética. Além de analisadas as cenas, foram sugeridas formas de intervenção alternativas visando a criação de um espaço de convivência baseado no princípio do respeito mútuo e favorável à construção da autonomia dos estudantes. O estudo evidenciou a necessidade do planejamento de práticas pedagógicas que oportunizem aos estudantes espaços de reflexão e de decisão acerca de suas condutas, levando em conta as perspectivas dos demais envolvidos sobre os problemas. Tal ambiente de convivência é necessário para que os alunos construam seus próprios valores a partir de princípios e normas compartilhados.

Palavras-chave: **desenvolvimento moral, autonomia moral, práticas pedagógicas, análise de material audiovisual.**

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	8
3	METODOLOGIA.....	11
3.1	CATEGORIAS DE PROCEDIMENTO.....	11
3.1.1	MEDIAÇÃO DE CONFLITOS.....	12
3.1.2	PRINCÍPIO DO RESPEITO MÚTUO.....	12
3.1.3	VIGILÂNCIA TRANQUILA EM RELAÇÃO ÀS REGRAS.....	13
3.1.4	SANÇÕES POR RECIPROCIDADE.....	13
3.1.5	ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE MORAL E ÉTICA.....	14
4	RESULTADOS E ANÁLISE.....	15
4.1	CENA 1: MEDIAÇÃO DE CONFLITO.....	15
4.2	CENA 2: RESPEITO MÚTUO.....	17
4.3	CENA 3: RESPEITO MÚTUO (2).....	20
4.4	CENA 4: VIGILÂNCIA TRANQUILA.....	23
4.5	CENA 5: VILIGÂNCIA TRANQUILA (2).....	25
4.6	CENA 6: SANÇÕES POR RECIPROCIDADE.....	27
5	DISCUSSÃO.....	31
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
	REFERÊNCIAS.....	37

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata sobre o desenvolvimento da autonomia moral pelos adolescentes. Para Piaget (1994), o desenvolvimento da moralidade se dá por meio de estágios, sendo que a passagem de um estágio a outro depende de uma estruturação cognitiva e da interação do indivíduo com o meio. Ou seja, o autor chama a atenção não só para o fator biológico (crescimento orgânico e maturação do sistema nervoso), mas para o exercício e a experiência física adquiridos na ação sobre o objeto, bem como para as interações sociais, por meio da linguagem e educação, necessários às construções cognitivas. Nessa perspectiva, as crianças vão desenvolvendo sua autonomia à medida que crescem, uma vez que a autonomia é indissociavelmente moral e intelectual. A moral seria uma latência e, tal como o desenvolvimento sensório-motor ou intelectual, a criança também poderia desenvolvê-la.

No entanto, o atual modelo de ensino, baseado no conteudismo, e a tradicional relação professor-aluno, baseada na obediência conformista dos alunos ou permissividade sem limites claros, não oferecem oportunidades para que os estudantes questionem, pensem por si e, portanto, expandam sua autonomia intelectual e moral. Consequência disso são cidadãos conformistas, não participativos e heterônomos.

A sociedade em geral e, especificamente, os professores sabem da importância da autonomia e muitos têm vontade de contribuir nessa questão. Contudo, por não saber como atuar, terminam por não animar-se a tentar ou por não alcançar seus objetivos com relação à autonomia moral dos alunos. Muitas críticas já foram formuladas, e sabe-se bastante sobre como não agir como docente. O que falta para professores e futuros professores são bons exemplos de como proceder na sala de aula para propiciar um ambiente que não só possibilite, mas também estimule o desenvolvimento moral dos estudantes. Por entender que são raros ou até ausentes na sala de aula exemplos de interações sociais deste tipo, o objetivo deste estudo é, através de situações típicas de sala de aula encontradas em

material audiovisual, exemplificar e analisar procedimentos de professores que colaboram para o desenvolvimento da autonomia moral. O material aqui produzido pode servir como base para a formulação de propostas pedagógicas que oportunizem a expansão da autonomia moral pelos jovens e, assim, contribua para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres e mais autônomos, participativos e críticos.

Durante a experiência de estágio em biologia, procurei orientar meu trabalho a partir do "princípio do respeito mútuo", e meus esforços foram no sentido de estimular a autonomia dos alunos para o desenvolvimento moral e também cognitivo. Notei, então, que os alunos não estão acostumados com essas formas de interação. Em conversas na sala dos professores e também com os alunos, pude perceber que a relação entre eles não se baseia no respeito mútuo. Tal fato, além de dificultar o processo de ensino-aprendizagem, freia ou, no mínimo, não estimula a expansão natural da autonomia dos alunos. Daí a relevância da contribuição deste trabalho, que traz questões que podem contribuir não só para a melhoria do ambiente relacional da Escola – facilitando, assim o processo de ensino-aprendizagem – mas principalmente para a formação de cidadãos, uma das funções da Escola.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Muito se fala sobre a falência do modelo de aula tradicional, baseado na transmissão de informações, e da típica relação professor-aluno na qual a posição docente é mantida pelo uso de autoritarismo ou ocupada com indiferença e permissividade. A escola, como aponta Yves de La Taille (2005), tem se omitido quanto à formação moral dos estudantes. É possível observar a negligência nesse tema tanto em situações de exercício arbitrário do poder, na forma de autoritarismo, quanto em situações de permissividade em que os limites não são claros. O autor argumenta que os professores devem abrir espaço de reflexão para os seus alunos e que “conhecimento”, “moral” e “ética” podem ser temas dessa reflexão, já que são totalmente coerentes com a função da escola de construir conhecimento e possibilitar que os alunos se desenvolvam como cidadãos. Adotando a perspectiva piagetiana de valor, segundo a qual este é o caráter afetivo que se dá a um objeto, e após definir conhecimento como um sistema de informações articuladas, o autor defende que a escola inevitavelmente lida com valores e que o conhecimento pode ser um desses valores. Na dimensão moral, La Taille elege como conteúdos a serem analisados a justiça e a dignidade humana; sustenta, ainda, que a escola pode contribuir promovendo a formação moral dos seus alunos e refletindo, ela mesma, sobre os princípios que inspiram suas regras e deixando-os claros à comunidade escolar. Quanto ao plano ético, a escola pode estimular os alunos a optarem por perspectiva identitária e um estilo de vida éticos coerentes com a moral.

Para Piaget (1994), há um potencial percurso natural que conduz o ser humano da anomia à autonomia moral. Em tal percurso, os sujeitos começam reconhecendo hábitos e regularidades, mas não entendem as normas como obrigatórias (anomia). Mais tarde, quando são capazes de reconhecer as regras, valorizam-nas incondicionalmente, atribuindo valor absoluto às normas, opiniões e valores dos adultos, seguindo-os literalmente, sem compreender seu espírito (heteronomia). Posteriormente, podem chegar à fase autônoma na qual são capazes

de considerar o propósito das regras e as percebem como estabelecidas e mantidas pelo consenso social; a obrigação de mantê-las é baseada na reciprocidade.

Sobre o desenvolvimento moral, outra problemática frequentemente levantada por estudos e debates do campo educacional é a forma de controle social exercida pelas instituições escolares, que estimula a heteronomia dos alunos. Garcez (2006) apresenta a fala-em-interação e descreve mais especificamente a fala-em-interação em sala de aula, forma de comunicação característica e definidora de uma aula. Essa maneira de interação tem ênfase em orientações para uma meta-fim e se caracteriza por sequências previsíveis de fala, que começam com 'iniciação' pelo professor, seguem com 'resposta' pelo aluno e posterior 'avaliação' pelo professor (IRA). Mesmo que não esteja claro para o professor qual é sua meta-fim, ela termina se manifestando na maneira como ele dirige a sequência IRA, que geralmente está a serviço do disciplinamento e silenciamento dos estudantes e da reprodução de conhecimentos. De acordo com a meta-fim do professor, a organização da fala-em-interação pode ser distinta e promover a participação dos estudantes, criando espaço para a expressão de suas vozes. Assim, examinar a forma de interação na sala de aula nos permite pensar em metas e métodos alternativos que estejam orientados à formação de cidadãos participativos e críticos.

Kamii (1990) reitera as idéias de Piaget de que as crianças nascem desprotegidas e heterônomas, mas, em condições ideais, tornam-se progressivamente mais autônomas à medida que crescem. Segundo ela, a autonomia plena se expressa na capacidade da pessoa de governar-se por si mesma segundo valores construídos por ela (e não simplesmente internalizados do meio) a partir da interação com a sociedade. Acontece que a escola reforça a heteronomia natural das crianças com punições e recompensas, o que termina fazendo com que não reflitam sobre os valores por detrás das regras, mas sim calculem o risco de serem descobertas, se revoltem ou se conformem cegamente. Existem outras maneiras de interagir com as crianças quando elas transgridem normas, por exemplo, através de sanções por reciprocidade e intercâmbio de pontos de vista. Porém, para que isso ocorra, é necessário que haja uma relação de afeto e respeito mútuo entre adultos e crianças. A escola, de modo geral, não cria condições

para que os alunos reflitam e desenvolvam sua autonomia. Portanto, se queremos formar cidadãos não-conformistas e capazes de pensar logicamente a nível formal, precisamos ver a autonomia como uma finalidade da educação e, para tal, devemos reduzir nosso poder adulto e encorajar as crianças a construir por si próprias seus valores morais.

Santestevan (2011), em seu Trabalho de Conclusão de Curso, analisou planos de aula de uma importante revista dirigida a professores da educação básica quanto à presença de sugestões de práticas pedagógicas destinadas ao propósito de desenvolver o senso de reciprocidade e de cortesia. A autora constatou que cortesia e respeito mútuo são temas pouco abordados e especialmente ausentes em propostas de aula destinadas ao Ensino Médio. Seu trabalho deixa clara a necessidade do desenvolvimento e divulgação de práticas pedagógicas que promovam o desenvolvimento da autonomia dos alunos.

3 METODOLOGIA

Para a análise a seguir, será adotada uma metodologia de pesquisa explicativa/explanatória de caráter qualitativo sobre a relação entre as práticas pedagógicas dos professores e o desenvolvimento da autonomia moral dos seus alunos. Neste trabalho, interações professor-aluno foram analisadas e avaliadas em seu potencial para contribuir com o desenvolvimento da autonomia moral. Os exemplos de interações foram retirados de cenas do filme “Entre os Muros da Escola”, dirigido por Laurent Cantet e lançado em 2009, e do documentário “Quando sinto que já sei”, produzido por Antonio Sagrado e Raul Perez e lançado em 2014. A escolha desses materiais audiovisuais foi baseada na necessidade de obter cenas do cotidiano escolar para ilustrar mais didaticamente as situações onde podem ser aplicados os procedimentos aos quais me refiro no trabalho. “Entre os Muros da Escola” é um filme francês e traz inúmeras situações análogas às que ocorrem na realidade escolar brasileira. As cenas escolhidas representam situações escolares recorrentes e com potencial para se trabalhar a autonomia moral.

A primeira etapa do estudo consistiu em, a partir dos textos de Piaget (1994), La Taille (2005), Kamii (1991) e Rogers (2008), destacar as principais categorias de intervenção dos professores que podem oportunizar o progresso da autonomia moral dos alunos. Destacadas as intervenções potenciais, procurou-se encontrar e analisar situações do uso ou não desses procedimentos por parte dos professores em material audiovisual para melhor ilustrá-los no trabalho.

3.1 CATEGORIAS DE INTERVENÇÃO DOS PROFESSORES

A seguir são descritas as categorias de intervenção docente consideradas importantes para proporcionar o desenvolvimento da autonomia moral.

3.1.1 MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Um professor pode tentar solucionar um conflito através da mediação ou não.

A mediação baseia-se em regras, técnicas e saberes ao nível da cooperação, da comunicação e da negociação entre os intervenientes envolvidos em dinâmicas resultantes de diferenças auxiliando-os na resolução de problemas através de soluções mutuamente satisfatórias e construídas pelos sujeitos envolvidos (COSTA apud ALMEIDA, 2014, p. 37).

A prática da mediação estimula a empatia e promove a compreensão mútua e a colaboração, substituindo as abordagens competitivas e de agressividade. O professor-mediador garante espaço de fala e de escuta aos envolvidos no conflito, questiona os participantes quanto aos efeitos de seus atos e os instiga a pensar em formas alternativas para resolver o problema apresentando. Assim, garante a autonomia dos sujeitos que se expressam e tomam decisões, sendo apoiados pelo adulto.

3.1.2 PRINCÍPIO DO RESPEITO MÚTUO

Nos momentos de interação direta e indireta com os alunos, professores podem acabar, intencionalmente ou não, desrespeitando a individualidade, os sentimentos, os pensamentos ou o corpo dos alunos. O respeito mútuo aparece quando o professor trata conscientemente os estudantes com respeito e exige que estes façam o mesmo. Durante a fase heterônoma (PIAGET, 1994), predomina o respeito unilateral da criança para com o adulto. No entanto, é potencial o desenvolvimento de noções de reciprocidade e respeito mútuo pela criança; basta, para tanto, que elas tenham oportunidades de vivenciar e valorizar formas de interação baseadas nesses princípios.

3.1.3 VIGILÂNCIA TRANQUILA EM RELAÇÃO ÀS REGRAS

O excesso de vigilância muitas vezes impede que os alunos pensem por si nas regras e nos princípios em que estas se baseiam e frequentemente instaura rivalidade entre professor e alunos. Já a ausência de vigilância peca em não mostrar aos alunos que existem limites e regras que precisam ser cumpridos e o porquê. Vigilância tranquila (ROGERS, 2008) é aquela que permite ao professor ser consistente com seus princípios e com as normas da escola ao mesmo tempo em que auxilia os alunos a tomar consciência, lembrar e internalizar as regras sem ser invasivo demais. É exercida com confiança e sem disputar poder com os alunos.

3.1.4 SANÇÕES POR RECIPROCIDADE

Piaget (1994) distingue punições de sanções por reciprocidade. Punições são castigos que não se relacionam com a regra que foi transgredida, ou seja, são arbitrários. “As sanções por reciprocidade estão diretamente relacionadas com o ato que se deseja sancionar e com o ponto de vista do adulto, tendo o efeito de motivar a criança a construir por si mesma regras de conduta através da coordenação de pontos de vista” (KAMII, 1991, p. 109). Os Parâmetros Curriculares Nacionais sugerem o uso de sanções por reciprocidade para o restabelecimento do equilíbrio diante da quebra das regras. O documento diz que as “[...] sanções mais justas, que mais promovem aprendizagem e desenvolvimento moral, são as chamadas sanções por reciprocidade”, visto que guardam alguma relação com a ação repreensível do aluno (PCN, vol. 8, p, 84). Há quatro tipos de sanção por reciprocidade¹:

- Exclusão do grupo. Acontece quando a criança transgredir as normas de convivência estabelecidas e lhe é oferecida a possibilidade de comportar-se de acordo com as normas e permanecer com o grupo ou

¹ Piaget (1994, p.162-164) pontuou seis categorias de sanção por reciprocidade, apresentadas em ordem decrescente de severidade: exclusão momentânea ou definitiva do grupo social; consequência direta ou material do ato; privar o culpado de alguma coisa de que abusa; fazer à criança exatamente o que ela fez; restituição, ou seja, pagar ou substituir o objeto quebrado ou roubado; a simples repreensão. Entretanto, Kamii (1990) aborda somente as quatro sanções descritas.

ausentar-se do grupo. Destaca-se que a escolha oferecida é coercitiva, mas é importante dar-lhe possibilidade de decisão.

- Apelar para as consequências diretas e materiais da transgressão. Consiste em explicar e permitir que o transgressor vivencie as consequências dos seus atos.
- Reparação. Fazer com que o transgressor entre em contato com o ponto de vista da vítima ao reparar o que foi danificado, permitindo a empatia e a construção interna do princípio da reparação.
- Ser privado do que usou mal. Quando um objeto é negligenciado ou uma ação fere princípios tácitos ou anteriormente acordados, a pessoa perde a possibilidade de voltar a utilizar o objeto ou realizar a ação temporária ou definitivamente.

3.1.5 ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE MORAL E ÉTICA

Um professor pode proporcionar ou não espaço para debate e reflexão acerca de questões morais e éticas. O tema pode ser abordado a partir de algum conflito ocorrido em sala de aula ou de forma teórico-filosófica (LA TAILLE, 2005). O desenvolvimento da lógica formal (PIAGET, 1975) nos adolescentes permite que estes compreendam e construam conceitos abstratos como “liberdade”, “justiça”, “bem” e os relacionem à sua vida e a sua conduta, desde que haja oportunidade para fazê-lo.

4 RESULTADOS E ANÁLISE

Os resultados foram construídos e analisados a partir das categorias de intervenção descritas na metodologia e representadas em cenas do documentário “Quando sinto que já sei” e do filme “Entre os muros da escola”.

4.1 CENA 1: MEDIAÇÃO DE CONFLITO

Situação presente no documentário “Quando sinto que já sei” à 1 hora e 18 segundos.



Descrição: Dois meninos brigam no pátio. Depois, professora conversa com um dos meninos envolvidos. Durante a conversa, chegam mais meninos que presenciaram o conflito e ela os chama a participar. A professora se senta com os alunos e os escuta. Ela garante espaço de fala para cada um, pede que se escutem e que falem “uns com os outros” ao invés de falar “do outro”. Juntos, eles procuram compreender qual foi a situação que gerou o conflito e de que outras formas, sem violência, ele poderia ter sido resolvido.

Análise: Esta cena explicita a categoria “Mediação de Conflito”, pois a professora usa técnicas de comunicação para auxiliar na resolução de um problema através da construção, conjuntamente com os envolvidos, de soluções mutuamente satisfatórias. A professora escuta os alunos e respeita suas interpretações do que aconteceu. Ao fazer isso, ela não só aumenta as chances de que eles aceitem de boa vontade sua intervenção, como está dando um exemplo de como ser cordial e justa, de como tratar as pessoas com respeito. Procedendo assim ela lhes mostra outra maneira de reagir em um conflito e lhes oferece a possibilidade de também agir diferente. Ela lhes explica porque é útil agir dessa maneira e quais valores estão por trás do diálogo como alternativa à briga. Quando pede aos alunos que falem “uns com os outros e não uns dos outros”, a professora está tentando fazer com que eles compreendam o ponto de vista do outro e possam exercitar a escuta, a empatia e o respeito mútuo.

O respeito unilateral, manifestado primordialmente durante a fase heterônoma, seria a primeira forma de respeito a aparecer durante o desenvolvimento e só a partir dele poderão ser construídas formas mais elaboradas de respeito (PIAGET, 1994).

Na cena acima descrita, a professora possibilita, com a sua intervenção, que os alunos entrem em contato com valores como reciprocidade e respeito mútuo. Ela abre espaço para que eles pensem criticamente a respeito do que aconteceu e aprendam com o ocorrido. Ao mediar o conflito, seu procedimento oportuniza o desenvolvimento de uma visão mais autônoma pelos meninos, relacionada não mais ao respeito unilateral, mas mais próxima do respeito mútuo.

Relações de cooperação possibilitam que os jovens percebam que a regra não é sagrada ou imutável, mas sim resultado da vontade coletiva e que, então, sua modificação não significa, necessariamente, uma transgressão. Dessa maneira, a criança ou adolescente vai, aos poucos, descobrindo sua capacidade de estabelecer normas e deixando a fase da heteronomia moral.

4.2 CENA 2: PRINCÍPIO DO RESPEITO MÚTUO

Situação representada no filme “Entre os Muros da Escola” à 1 hora, 38 minutos e 48 segundos.



Descrição: No pátio, o professor vai até um grupo de alunos e reclama sobre uma queixa que algumas das alunas ali presentes haviam feito para outra professora a respeito do seu comportamento. Professor e alunos discutem. Uma das alunas diz que, já que os professores podem queixar-se dos alunos, então os alunos também deveriam poder queixar-se dos professores e acrescenta que o professor merece punição por tê-las insultado em um momento anterior. O professor pergunta às alunas porque não se espantam com o vocabulário usado por um dos colegas durante a discussão, ao que uma das jovens responde: “Você diz ‘vagabunda’, nós dizemos ‘escrotos’. É a mesma coisa!”. Em dado momento, o professor argumenta: “Vocês precisam entender que eu sou professor e posso dizer certas coisas que os alunos não!”. Mais adiante na cena, os alunos dizem: “Sempre que nós falamos, o professor grita”.

Análise: Com essa cena, será analisada a categoria “Respeito Mútuo”, já que a conversa representada na cena faz referência a uma situação anterior em que o professor foi desrespeitoso com as alunas e, durante o diálogo, novamente o professor flexibiliza as regras para consigo mesmo, enquanto as cobra dos alunos.

Com algumas de suas falas, o professor dá a entender que as regras não valem para todos, que há regras que os professores não precisam respeitar. Do ponto de vista do desenvolvimento moral, respeitar-se mutuamente é um princípio importantíssimo e que deve ser seguido por todos, já que o respeito mútuo se constrói a partir da cooperação entre iguais (Piaget, 1994). Portanto, mesmo que estejam em posições diferentes e que tenham papéis distintos, há regras que devem ser cumpridas tanto por professores quanto por alunos. Há respeito mútuo quando os indivíduos se atribuem reciprocamente valores equivalentes. Não é necessário que assumam a mesma posição institucional afinal, professores e alunos são diferentes! No entanto, o respeito mútuo existe quando os sujeitos são igualmente valorizados enquanto pessoas e tratados equitativamente.

Para esta análise, partimos do pressuposto de que alunos em uma escola estão aprendendo, entre outros conhecimentos e valores, sobre o respeito mútuo. Então, quando ajem desrespeitosamente, há oportunidade para uma intervenção pedagógica que contribua para a construção desse princípio. Supomos igualmente que os professores previamente valorizam o respeito e têm mais experiência sobre como agir de acordo com ele. Alunos que não têm tantas experiências com o respeito mútuo tendem a agir a partir do respeito unilateral, pois foi isso que lhe permitiu sua socialização. Na cena analisada, essa concepção unilateral de respeito é a que orienta a ação do professor, não contribuindo para a educação dos alunos no que se refere à autonomia moral. Um professor não pode contribuir para a construção do respeito mútuo se não o pratica. Justamente porque ele é mútuo. Se não respeita os alunos, a única mensagem sobre respeito que o professor pode passar é aquela relacionada ao respeito unilateral, que não oportuniza o desenvolvimento moral e condena o aluno à heteronomia.

Para Piaget (1994), os valores não são simplesmente internalizados a partir do meio, mas sim construídos pelos próprios sujeitos em suas interações com outros sujeitos e com os objetos de conhecimento (no caso, os valores). Quando ajem respeitosamente e explicam porque valorizam esse comportamento, os professores estão oportunizando que os alunos repensem seus valores, ou seja, estão abrindo espaço para a reflexão moral e ética. É uma oportunidade para pensar

“Por que ajo assim? Por que não ajo diferente? No que me baseio quando concluo que é melhor agir de um jeito do que de outro? Agir assim é bom? A partir de que deduzo o que é bom e o que é ruim?”. Além disso, os professores estarão mostrando e sendo um exemplo prático de como comportar-se segundo esses valores, que talvez sejam novos para os alunos e que, provavelmente, servem de base para construção das regras da escola ou da turma.

Transgressões e gestos de incivildade podem ser aprendidos em distintos cenários fora da escola, mas, frequentemente, são reforçados também dentro dessa instituição com professores que transgridem as regras e/ou são descorteses. Há que se notar, também, que alguns atos de incivildade podem ser resultantes da revolta de um jovem por não se sentir respeitado ou por não ver suas necessidades e direitos levados em conta pelos adultos, como parece ser o caso na referida cena. Justamente por estarem aprendendo e ainda não considerarem o respeito mútuo um valor importante e necessário, alunos que se sentem injustiçados terão mais dificuldade em agir respeitosamente.

O professor representado no filme poderia buscar seguir, sempre que lhe fosse possível, o princípio do respeito mútuo. Uma cena alternativa à descrita seria o professor dizer às alunas que, embora tenha ficado chateado em saber que elas se haviam queixado dele para outra professora, ele admitia que havia agido desrespeitosamente ao insultá-las e, por isso, pedia desculpas. Poderia ainda explicar que havia perdido o controle e que os professores erram como quaisquer outros seres humanos, especialmente em situações tensas como a que foi desencadeada na sala de aula. Além disso, o professor poderia informar que, em outras oportunidades gostaria de ser procurado diretamente pelos estudantes quando tivessem alguma reclamação sobre seu comportamento. Ele poderia reforçar a necessidade de todos cumprirem as regras e buscarem orientar a sua conduta pelo princípio do respeito mútuo. Por fim, poderia abrir espaço para que os alunos se manifestassem em relação ao ocorrido.

4.3 CENA 3: PRINCÍPIO DO RESPEITO MÚTUO (2)

Situação representada no filme “Entre os Muros da Escola” aos 38 minutos e 58 segundos.



Descrição: Como, durante a aula, uma aluna havia se recusado a atender o pedido do professor para que ela lesse para a turma um trecho do texto com o qual estavam trabalhando, ele pede para que ela permaneça na sala depois que a aula termina, escreve um bilhete em sua caderneta e exige que ela se desculpe. O professor pergunta por que ela está menos cooperativa desde a volta das férias, ao que ela responde: “Não posso ser uma garotinha pra sempre”. Ele não autoriza que a aluna saia enquanto não disser: “Peço desculpas, professor, por ter sido insolente com você”. Mesmo depois que ela repete essas palavras, ele diz: “Diga sinceramente. Quero que seja um pedido de desculpas verdadeiro”. Ela repete outra vez e ele pede mais convicção. Ela diz a frase mais uma vez e, então, ele permite que ela saia da sala. Ao sair, ela diz: “Não fui sincera”. Quando fica sozinho na sala, o professor chuta uma cadeira.

Análise: Na situação representada, parece que o professor deseja sentir-se respeitado e que, para ele, isso é mais importante do que respeitar a aluna. Ele quer que os alunos ajam respeitosamente (principalmente com os professores),

quer ver o respeito ser praticado na sala de aula, mas não sabe como agir para construir tal respeito.

Ironicamente, muitos educadores gostariam de ver a autonomia moral e intelectual em seus alunos. A tragédia está em que, por não saberem a distinção entre autonomia e heteronomia, e por ter idéias ultrapassadas sobre o que é que faz crianças ‘boas’ e ‘educadas’, continuam a depender de prêmios e punições, convencidos de que estes são essenciais para a produção de futuros cidadão adultos bons e inteligentes. (KAMII, 1992, p. 123)

É provável que o professor representado acredite que ser maduro e agir corretamente, inclusive moralmente, é pensar como ele e dar as respostas que ele considera certas. Ele usa o respeito unilateral para exigir uma retratação da aluna e utiliza o poder que a autoridade lhe confere para fazer com que ela se desculpe mesmo contra sua vontade. Nota-se que ela não entendeu porque está sendo punida e não concorda que merece punição. Apesar de o professor perguntar porque ela se comportou de maneira não cooperativa, não há uma conversa sobre isso, o clima é de implicância e disputa por poder e eles não se entendem mutuamente nem chegam a um consenso.

Sobre o pedido de desculpas, transcrevo parte de uma fala da psicóloga Marluce Carvalho no documentário “Quando sinto que já sei”:

Para pedir desculpas, primeiro, a criança precisa entender o que ela fez, qual é a consequência, para depois poder tentar resgatar aquilo. A desculpa, por si só, às vezes, não é o bastante, eu vou precisar ou consertar ou rever alguma coisa. Se eu só peço desculpa e isso é o bastante, pronto, já ignorei tudo o que eu podia ter aprendido com essa situação. Então, temos que tomar cuidado porque a desculpa, muitas vezes, faz a gente pular a parte importante, que é rever, resgatar, reconstruir, entender a consequência. [...] As crianças precisam ser ouvidas. Perguntar: ‘O que você, que foi tido como o agressor, acha que poderia ter sido diferente pra que isso não acontecesse?’ e ouvir as crianças falarem. As crianças precisam manifestar – depois dessa observação e compreensão do que aconteceu – qual é a sugestão que eles têm para aquilo, sem a professora baixar um decreto de como é que aquilo deve ser. [...] Com certeza, isso vai levar muito mais tempo do que emitir de longe um “fica quieto!” ou “pede desculpas”, mas é mais eficiente em termos de educação porque essas crianças, numa próxima situação, vão usar esse modelo que foi oferecido pela professora ou professor pra resolver conflito, ‘será que o outro

entendeu o que eu quis dizer? Ele se sentiu ofendido por quê? Não era a intenção, então de que outra maneira eu posso falar aquilo?'. É só assim que vai dar pra construir, quando as pessoas pararem pra conversar e **se ouvirem**" (grifos nossos). (Carvalho, 2014)

Pedir desculpas por coerção, sem compreender realmente o porquê, não serve de nada para a formação da autonomia moral. Pelo contrário, corrobora-se uma atitude de obediência conformista, típica da fase heterônoma, ou de revolta. A aluna, quando se livra do castigo, revela que não foi sincera, demonstrando, assim, sua insubmissão. No entanto, "existe uma vasta diferença entre autonomia e revolta. Numa revolta, a pessoa está contra o conformismo, mas o não-conformismo não torna necessariamente a pessoa moralmente autônoma" (Kamii, 1992, p. 107). O sujeito rebelde está, simplesmente, fazendo o oposto do que lhe dizem, mas não leva em consideração ou não compreende o ponto de vista dos demais. Não tem capacidade de coordenar diferentes perspectivas e refletir sobre o bem-estar dos outros para a tomada de decisão, o que é característico da autonomia moral.

A negativa em atender ao pedido de leitura foi interpretada pelo professor como insolência. Outras possibilidades não foram consideradas pelo professor, como, por exemplo, a de ela sentir vergonha de se expor perante a turma. O mal-entendido gerado poderia ter sido enfrentado de maneira diferente se houvesse empatia entre os dois personagens; então, o diálogo depois da aula poderia ter sido empreendido com a intenção de compreender e coordenar as diferentes perspectivas sobre o problema. Quando a estudante explicou que não queria mais ser "uma garotinha", o professor poderia ter-lhe dito que foi importante ela comunicar que estava agindo da forma como acredita que as moças se comportam, mas que ele se sentiu ofendido e desrespeitado e, por isso, achou necessário conversar em particular. Poderia, também, contar-lhe, sem tentativa de imposição, qual é a sua ideia sobre como moças crescidas agem. Poderia, ainda, perguntar como ela havia se sentido durante o incidente na aula e também durante a conversa. Um jovem respeitado em sua maneira de pensar e agir é capaz de respeitar a maneira de pensar e agir do outro (KAMII, 1992).

4.4 CENA 4: VIGILÂNCIA TRANQUILA

Situação representada no filme “Entre os Muros da Escola” aos 4 minutos e 35 segundos.



Descrição: É o primeiro dia de aula e, na porta, o professor acompanha a entrada dos alunos na sala de aula. Ele chama a atenção de um menino que está de boné, para que o tire. Cumprimenta outros estudantes. Os alunos entram na sala de aula e se saúdam, se empurram, conversam, falam alto, alguns não se sentam imediatamente. O professor aguarda alguns segundos e depois pede silêncio batendo na mesa. Diz a um aluno que está sentado no fundo da sala que tire da cabeça o capuz que veste. Pede para outros que mudem de lugar e ocupem lugares mais na frente. Como alguns jovens ainda conversam, o professor volta a pedir silêncio e lhes diz que perderam muito tempo para entrar e se acomodarem, o que faz com que tenham menos de uma hora de aula e, por isso, não é de se espantar que tenham desvantagens com relação a alunos de outros colégios. Uma das alunas responde que eles nunca têm uma hora de aula, mas sim 55 minutos.

Análise: Na cena, o comportamento do professor dá a impressão de que ele esperou os alunos na porta mais para vigiá-los e controlar sua entrada na sala de aula do que para recepcioná-los. Nota-se que não gostou da maneira como o fizeram. Os alunos não cumpriram a expectativa do professor sobre como portar-se adequadamente para entrar na sala e iniciar a aula. Mesmo antes que os alunos

entrassem, o professor já estava ordenando o cumprimento de regras e foi excessivamente vigilante. A crítica a essa prática não quer dizer que o professor não deve estar atento ao comportamento dos alunos e ao cumprimento das regras, apenas significa que há outras maneiras, mais efetivas quanto ao desenvolvimento da autonomia moral, de fazê-lo. Por exemplo, poderia primeiramente receber os alunos, acolhê-los na sala de aula e, depois, propor que relembassem as regras da escola (perguntando, por exemplo: “Qual é mesmo o regulamento da escola sobre o uso de bonés e capuzes? Por que essa regra existe?”). A partir disso, poderia tentar estabelecer acordos como o de evitar a perda de tempo inicial para iniciar mais rápido as atividades da aula.

É possível que abrir este espaço de reflexão com os alunos leve o grupo a questionar algumas regras. É possível que não concordem com alguma imposição. É possível, inclusive, que nem o professor saiba explicar a razão daquela regra ou que ele mesmo não veja razão para sua existência. O medo desse debate, de ter que rever suas próprias posturas, pode ser um dos fatores que leva muitos professores a evitar proporcionar aos alunos espaço de reflexão sobre as normas escolares e, mais ainda, espaço de debate teórico sobre questões morais e éticas.

Quando uma regra é simplesmente imposta, é provável que uma criança ou adolescente interprete-a como sendo fruto da vontade e do poder do adulto. Priva-se, dessa maneira, o aluno da oportunidade de compreender que as regras têm uma razão de ser e que decorrem de um acordo mútuo. Acordo do qual, se conhecesse, talvez desejasse fazer parte. É preciso tomar cuidado com o excesso de vigilância sobre as regras, tomar cuidado com “fazer o trabalho pelo aluno”, ou seja, lembrar das regras por ele e fazê-lo cumprí-las sem compreender porque. Desse jeito ele não precisa pensar sobre as regras. Fica como responsabilidade do professor elaborar, conhecer e lembrar os alunos das regras, assim como exigir seu cumprimento e punir os que não obedecem. Mas onde entra o aluno aí? Onde entra seu intelecto, sua moralidade em construção, seu aprendizado?

Na cena aqui descrita, quando o professor fala que a desvantagem da turma é produzida pelos próprios estudantes por sua perda de tempo, está responsabilizando os alunos pela condição de desvantagem social. É uma turma de

imigrantes e a desvantagem vem principalmente da condição social: são oriundos de famílias com subemprego, que sofrem preconceito e que não dominam a língua e a cultura francesa. A comparação com alunos de outras escolas faz uma referência tácita à situação dos imigrantes. A aluna que responde ao professor sobre os 60 minutos de aula busca uma inconsistência na fala dele (no caso, em relação ao tempo, já que o discurso do professor refere-se ao tempo), mas sua intenção é contestá-lo por sentir-se desrespeitada ao ver a si e seus colegas injustamente responsabilizados por sua condição social. Portanto, também aqui é possível pensar sobre a categoria de procedimento “Princípio do Respeito Mútuo”.

4.5 CENA 5: VIGILÂNCIA TRANQUILA (2)

Situação representada no filme “Entre os Muros da Escola” à 1 hora, 16 minutos e 4 segundos.



Descrição: O professor convida os alunos a irem individualmente à frente da sala e exporem aos colegas suas opiniões sobre algum tema de modo a tentar convencê-los, como num debate. Um aluno marroquino leva o tema da Taça das Nações Africanas, uma competição de futebol, e de como os africanos que frequentam o colégio se sentem representados por um ou outro time competidor. Durante a sua fala, ele menciona os malineses, referindo-se implicitamente a um

colega que nasceu no Mali. O colega citado responde: “Com esse marroquino idiota nem perco meu tempo”, mas não é advertido pelo professor. Outros alunos africanos pedem a palavra e respondem ao primeiro colega sobre o tema. Durante a fala de um colega, outra vez o aluno malinês responde de maneira desrespeitosa dizendo: “Cala a boca, cara, que eu não sou teu irmão. Um macaco como você, idiota...”. O professor intervém, dizendo apenas que o objetivo da atividade não era que eles se irritassem. Como os alunos continuam discutindo fortemente, o professor reitera: “Isso não é um concurso de insultos, é um debate” e pela primeira vez na cena, pede que o aluno do Mali tenha cuidado com a maneira como fala com os colegas. No entanto, o aluno segue, faz um gesto obsceno a uma colega e a insulta. Então, o professor se levanta, se aproxima dele e os dois discutem. O professor diz ao aluno que ele tem de sair da sala. Enquanto se retira, o aluno continua a insultar outros colegas.

Análise: Em contraponto à cena anterior, onde houve excesso de vigilância, na cena acima descrita o professor foi negligente com o descumprimento das regras. Essa é outra maneira, frequentemente encontrada nas salas de aula, de omissão quanto à formação moral (La Taille, 2005). A permissividade muitas vezes é adotada pelos professores por ser fácil e não demandar muito envolvimento. No entanto, quando o fazem, não estão deixando os limites claros para os alunos nem ressaltando a importância da existência e do cumprimento das regras. Assim como quando agem autoritariamente, ao serem permissivos, os professores não estão oportunizando que os alunos pensem criticamente e avancem na sua construção moral.

Quando um professor escolhe não abordar determinados comportamentos transgressores que considera sem maior importância, fica difícil exercitar uma consistência razoável na vigilância das regras. “É fácil cair em um tipo de cansaço exaustivo quando se trata de abordar tais comportamentos. Se tal ‘ausência de vigilância’ é típica em toda a escola, torna-se duplamente difícil para os outros na equipe exercerem uma ‘vigilância tranquila’” (Rogers, 2008, p. 23). Acredito que não só para os outros na equipe escolar, mas também para o próprio professor que é negligente com as transgressões, torna-se mais difícil ser ouvido e

levado a sério quando considera importante intervir. Se as regras são nomeadas, mas a comunidade não as pratica e as consequências de seu descumprimento não são evidenciadas, certamente os alunos não desenvolverão respeito por elas, ou perderão o respeito já desenvolvido. Afinal, se ninguém dá valor para às regras, ou se elas são arbitrariamente usadas quando convém ao professor, por que os alunos deveriam valorizá-las?

A vigilância tranquila permite uma consistência funcional com relação a observação das regras sem que isso se torne exaustivo, justamente por ser exercitada com confiança, respeito e sem ser intrusivo ou despertar disputa por poder.

Em nenhum momento nesta cena o professor comunica aos alunos que é inaceitável tratar-se daquela maneira desrespeitosa e que isso não será tolerado. Ele somente tomou uma atitude, estabelecendo um limite para a conduta do aluno malinês, quando foi pessoalmente desrespeitado, em uma perspectiva autoritária e desconsiderando o respeito mútuo entre os estudantes. Os problemas representados nesta cena poderiam ter sido abordados de forma a contribuir para o desenvolvimento da autonomia dos estudantes se, na primeira situação de desrespeito entre eles, o professor tivesse intervindo, baseado no princípio do respeito mútuo. Ele, como autoridade que propõe e conduz a realização das atividades, deveria atuar de acordo com o princípio do respeito mútuo definindo, de forma tácita, a linha de ação de todos. No entanto, ao agir ele mesmo sem consideração com as regras e ao ignorar atitudes desrespeitosas dos outros, contribui para instaurar um ambiente de desrespeito.

4.6 CENA 6: SANÇÕES POR RECIPROCIDADE

Situação representada no filme “Entre os muros da escola” à 1 hora, 31 minutos e 45 segundos.



Descrição: durante a aula, um aluno pergunta ao professor por que havia sido “perseguido” pelos professores durante o conselho de classe. O professor responde: “alguns professores disseram que se você continuar agindo assim, vai ter problemas” e argumenta que não é vingança, que os professores estão apenas agindo para manter a disciplina. O aluno, então, diz: “Isso é vingança. Não entendo. Os professores querem se vingar de mim? [...] O senhor quer se vingar, tem qualquer coisa contra mim”.

Análise: As sanções expiatórias ou punitivas, por serem arbitrárias, transmitem a idéia de vingança ou retaliação. No entanto, para Piaget (1994), não há necessidade de censurar através da punição dolorosa, pode-se fazê-lo plenamente através de medidas tomadas por meio da reciprocidade, levando o transgressor a compreender o significado de suas ações. Se um jovem não entende porque está sendo punido, a punição não contribui para o seu desenvolvimento moral e o fato de ele não voltar a transgredir aquela regra pode significar, apenas, que ele tem medo de ser punido. Punições e recompensas, se não são acompanhadas de reflexões sobre as regras e as consequências do bom e do mau comportamento, não ajudam os alunos a compreender o significado da transgressão nem a importância das regras e princípios para a convivência; e, portanto, não colaboraram com o desenvolvimento moral.

O controle social pode diminuir, a curto prazo, a dificuldade enfrentada por um professor ao lidar com os alunos, mas termina por reforçar sua heteronomia

(Garcez, 2006). Uma punição usada apenas com o intuito de controlar o comportamento de alguém, e não com o intuito de construir compreensão sobre a natureza das regras, não aprofunda a autonomia moral.

Na cena acima descrita, o professor tentou explicar a diferença entre uma punição por transgredir as regras e uma vingança, mas o aluno não entendeu. Realmente, fica difícil explicar quando a punição é arbitrária e não uma consequência lógica do próprio comportamento transgressor. O aluno (que havia cometido delitos recorrentes) talvez entendesse a decisão do conselho de classe se cada situação de infração tivesse sido seguida de conversas sobre as consequências dos seus atos para si e para os demais. Na situação representada na cena, o aluno parece não ter conseguido explicar seus motivos para o descumprimento das regras, levando-nos a pensar que o agente da punição não estava aberto a compreender o contexto que gerou o delito de modo a prevenir sua recorrência e apoiar o estudante, produzindo as condições necessárias à adoção de uma linha de ação apropriada ao ambiente escolar.

Qualquer sanção pode ser implementada de um modo punitivo, o que restringe a reciprocidade e a transforma em arbitrariedade, produzindo sentimento de injustiça.

As sanções expiatórias visam fazer a criança sofrer, enquanto as sanções por reciprocidade salientam a ruptura do vínculo social pelo mau comportamento de uma criança. Todas as faltas ocorrem em um contexto social, envolvendo relacionamentos sociais que são, de alguma forma, perturbados como resultado do mau ato. Quando os materiais são usados incorretamente ou quebrados, outros que também desfrutaram de seu uso são privados de fazê-lo e podem ficar zangados ou tristes. Quando alguém mente, outros podem sentir que não podem mais confiar naquele que contou a mentira. Ocorre uma perturbação no vínculo social, que exige reparo. Assim, o professor apenas precisa chamar a atenção para a consequência da ruptura das relações sociais. Para que uma sanção seja efetiva, a criança deve valorizar o vínculo social e desejar sua restauração. (Castanheira, sem data)

Portanto, não pode ser perdido de vista o emprego das sanções por reciprocidade com o objetivo de manter o vínculo social, sem esquecer que a elas também contém um elemento de sofrimento. Mas este sofrimento não é causado

com a finalidade de sofrimento, é simplesmente um resultado inevitável da quebra do vínculo de solidariedade (PIAGET, 1994). A consequência tem por objetivo comunicar que aquele que transgrediu a regra perturbou um relacionamento interpessoal.

5 DISCUSSÃO

As análises de cenas realizadas nesse trabalho mostram as muitas formas pelas quais a escola, através dos professores, tem se omitido quanto à formação moral dos estudantes, corroborando as afirmações de La Taille (2005). Essas análises também indicam que, para oportunizar o desenvolvimento moral dos alunos, os professores precisam promover a participação dos estudantes, criando um espaço para a expressão de suas vozes. Tal prática pressupõe uma revisão das metas-fim (GARCEZ, 2006), incluindo entre elas o desenvolvimento moral.

A partir da análise da Cena 1, percebemos que a mediação de conflitos por parte do professor beneficia a construção da autonomia moral pelos alunos ao permitir que eles entrem em contato com o ponto de vista dos colegas e construam, em conjunto, novas maneiras de agir levando em conta todas as perspectivas envolvidas. Assim, os estudantes vão descobrindo sua capacidade de construir normas de conduta.

Através das análises das Cenas 2 e 3, é possível notar que o princípio do respeito mútuo é fundamental para a construção da autonomia na escola, uma vez que as relações de cooperação permitem ao estudante vivenciar experiências que levam à construção progressiva de sua autonomia moral. O respeito mútuo é um tema pobremente abordado em propostas de aula para o Ensino Médio publicadas na Revista Nova Escola (SANTESTEVEAN, 2011). Essa importante revista sugere temas e metodologias de ensino para subsidiar o trabalho dos professores da Educação Básica. Seu silêncio quanto ao respeito mútuo pode indicar a ausência desse tema também em outros espaços, como os cursos de formação de professores. Educadores que não seguem o princípio do respeito mútuo provavelmente são pessoas que vivenciaram sua socialização a partir da perspectiva do respeito unilateral e não tiveram a oportunidade de olhar mais atentamente, problematizar e estudar o princípio do respeito mútuo durante a sua formação. Tais professores contribuem para formar alunos que também agirão a partir do respeito unilateral. Os alunos, se não tiverem oportunidade de vivenciar

relações mutuamente respeitadas na escola ou na família, serão adultos que perpetuarão o ciclo de respeito unilateral. Portanto, vejo na formação de professores uma oportunidade de agir para romper este ciclo.

As Cenas 4 e 5 nos levam a constatar que os professores possibilitam o desenvolvimento moral dos estudantes quando, ao invés de apenas expor as regras, tornam claros para os alunos os princípios por detrás delas.

Cem anos de estudos psicológicos demonstraram claramente que há um desenvolvimento moral e que este depende essencialmente da qualidade das relações sociais nas quais a criança e o adolescente evoluem. Não se trata, portanto, de fazer belos discursos sobre o bem e o mal, mas de organizar o convívio escolar de forma que seja a expressão da justiça e da dignidade. E tampouco se trata de realizar ações pontuais, mas de um trabalho constante, cotidiano (LATAILLE, 2005, p. 15).

Exercer uma vigilância tranquila com relação às regras, que deixa claro aos alunos quais os limites do que é aceitável dentro da sala de aula sem diminuir seus espaços de reflexão e de ação sobre suas condutas, contribui muito.

A ética é tema transversal no currículo da Educação Básica brasileira segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998). O documento reservado a esse tema aborda o respeito mútuo e sugere o uso das sanções por reciprocidade - justamente porque elas contribuem para o desenvolvimento moral dos estudantes, enquanto o uso de sanções expiatórias dificulta o avanço em direção à autonomia moral, como pode ser percebido através da análise da Cena 6. Como já mencionado, é importante que as interações sociais sejam permeadas pela afetividade para evitar que a delimitação de limites de conduta e a aplicação de sanções por reciprocidade se transformem em punições.

O documento “Ética” dos PCNs ainda informa que

É preciso, portanto, ter claro que não existem normas acabadas, regras definitivamente consagradas. A ética é um eterno pensar, refletir, construir. E a escola deve educar seus alunos para que possam tomar parte nessa construção, serem livres e autônomos para pensarem e julgarem (Brasil, 1998, p. 50).

A análise das seis cenas aqui descritas nos permite perceber que oportunizar a reflexão acerca de questões morais e éticas é fundamental, seja a

partir de algum conflito ocorrido na escola, seja de forma teórico-filosófica. Uma maneira de fazer isso é, em conjunto com a turma, criar normas de convivência e, periodicamente, retomá-las e discutí-las. Espaços para reflexão moral e ética mediados pelo professor são excelentes oportunidades para os estudantes irem, aos poucos, contruindo seus próprios valores. E a construção dos próprios valores é o pilar da autonomia moral. Para Kamii, ser moralmente autônomo significa ser capaz de governar-se segundo valores construídos por si mesmo (KAMII, 1991). O espaço mediado é entendido, aqui, como resguardado, ou seja, aquele dentro do qual valhe apenas o respeito mútuo. A exposição e o contraponto de opiniões só são possíveis quando há aceitação das diferentes subjetividades e verdades transitórias presentes. Para Piaget, é principalmente através do intercâmbio de pontos de vista (que um espaço respeitoso e acolhedor promove) que os adultos estimulam o desenvolvimento da autonomia nas crianças (PIAGET, apud KAMII, 1992). Portanto, levando em consideração os aportes de Piaget (1975) sobre o desenvolvimento intelectual dos adolescentes, o presente estudo reafirma o argumento de LaTaille segundo o qual “conhecimento”, “moral” e “ética” são temas coerentes com a função da escola e defende que podem ser propostos como assunto de debate a alunos do Ensino Médio.

O diálogo sobre estes temas, assim como a vivência da cooperação e de sanções por reciprocidade, é necessário porque os estudantes não ingressam na escola com a autonomia moral formada. A evolução moral é um processo em que a maior parte dos adultos não alcança o desenvolvimento ideal. Pelo contrário, interrompem seu desenvolvimento num baixo nível de autonomia moral (KAMII, 1992). A escola poderia contribuir nesse sentido, pois é um espaço privilegiado para experimentar formas de interação, diálogo e negociação. As relações interpessoais vivenciadas na sala de aula poderiam estar orientadas a promover a autonomia moral do aluno.

Como indica a Figura 1, há pouca intersecção entre a autonomia dos sujeitos e as metas da maior parte dos educadores. A autonomia não está representada nas metas dos educadores, especialmente em seus aspectos moral e intelectual (que estariam incluídos na parte não sobreposta do círculo da autonomia).

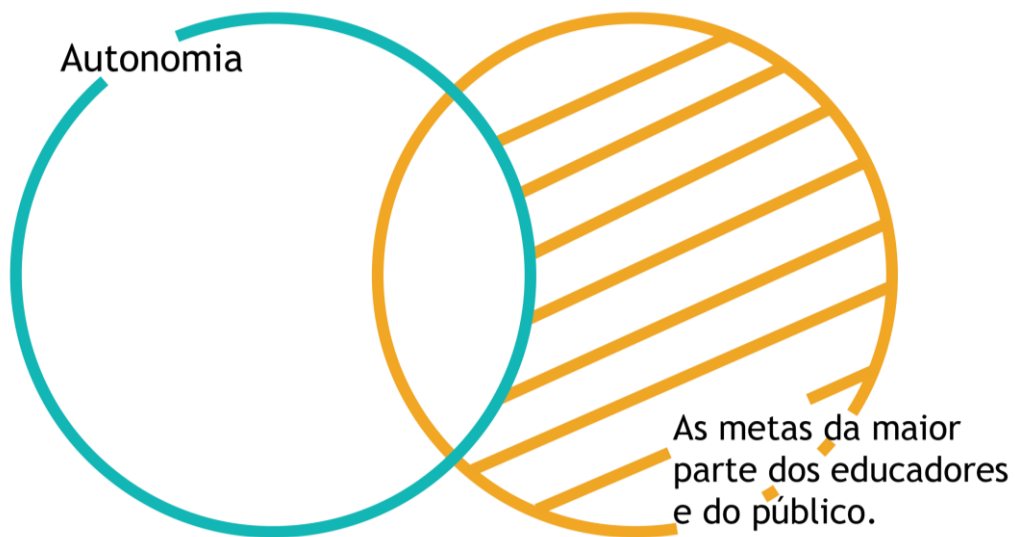


Figura 1 – Representação da intersecção entre a autonomia geral dos sujeitos e as metas trabalhadas na Educação Básica. A sobreposição entre os dois círculos corresponde ao trabalho escolar que contribui para a autonomia, conforme representação proposta por Kamii (1992, p. 121).

Finalmente, é possível notar, em diversos momentos do filme “Entre os muros da escola”, que o professor ali representado como personagem principal tem vontade de contribuir para a formação moral dos seus alunos, tem vontade de construir com eles compreensão sobre o valor de algumas regras, mas não sabe como fazer. Esse personagem simboliza o típico professor do Ensino Médio, pois, ao longo do filme, assume vários comportamentos que representam as maneiras de agir da maioria dos professores.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho, foi utilizada uma metodologia de pesquisa explicativa/explanatória de caráter qualitativo para analisar e avaliar interações professor-aluno em seu potencial para contribuir com o desenvolvimento da autonomia moral dos estudantes. Sua principal contribuição foi trazer para o âmbito da prática em sala de aula do Ensino Médio os estudos sobre o desenvolvimento moral. A análise das cenas, no capítulo que apresenta os resultados do estudo, constitui um repertório de práticas pedagógicas que podem subsidiar o trabalho de reflexão e planejamento de professores, para possibilitar e estimular o desenvolvimento moral dos estudantes, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres e mais autônomos, participativos e críticos.

A partir dessas análises, conclui-se que, para propiciar o desenvolvimento moral dos alunos, os professores precisam promover sua participação em aula, criando espaços para a expressão de suas vozes. Uma possibilidade é oportunizar espaços protegidos para reflexão moral e ética, permitindo que os jovens construam por si próprios seus valores morais a partir dos princípios e normas compartilhados. É importante não tolher a decisão dos estudantes acerca de suas condutas.

De maneira institucional, a Escola deveria incluir em seu planejamento metas e métodos para o desenvolvimento da autonomia tal como planeja o para o conteúdo formal. Já mais especificamente na sala de aula, os professores podem incluir em seus planejamentos de aula os aspectos de autonomia que a aula vai trabalhar. É importante não deixar para abordar as regras só quando houver conflito, mas sempre reservar um tempo para reflexão sobre questões morais e éticas com a turma a partir dos acontecimentos das aulas anteriores.

Sobre situações de conflitos, os professores podem agir como mediadores, elaborando e retomando as regras conjuntamente com os alunos em vez de apenas impô-las. Quando houver necessidade, devem utilizar sanções por

reciprocidade (ressaltando as consequências da quebra do vínculo social) ao invés de sanções punitivas.

É positivo para o desenvolvimento moral dos alunos que os professores exerçam a vigilância tranquila, deixando claros os princípios a partir dos quais são criadas as regras. É sempre preferível basear-se mais nos princípios do que nas regras em si.

Com relação ao princípio do respeito mútuo, os professores devem não apenas segui-lo eles próprios, em suas interações com os alunos, mas também explicar o valor deste princípio e garantir que seja cumprido. Quando for infringido, destacar as consequências para o grupo.

O estudo evidenciou a necessidade do planejamento de práticas pedagógicas a partir das categorias de intervenção enunciadas. É preciso estudar mais sobre o papel da escola e da ação do professor no desenvolvimento da autonomia moral das crianças e adolescentes. E, principalmente, divulgar os métodos e propostas de ensino já formulados, como os presentes no documento 'Ética' dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998. Além disso, é urgente que o tema do respeito mútuo seja abordado na formação de professores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Ana. **Mediação de Conflitos Interpessoais**. 2014. Disponível em <http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/3968/1/Media%C3%A7%C3%A3o%20de%20Conflitos%20Interpessoais.pdf>. Acesso em 29/06/2016.
- CARVALHO, Marluce. **Quando sinto que já sei**. 2014. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=HX6P6P3x1Qg>. Acesso em 08/06/2016.
- CASTANHEIRA, Maurício. **Alternativas Cooperativas à Disciplina**. Disponível em: <http://www.existencialismo.org.br/jornalexistencial/alternativas.htm>. Acesso em 02/06/2016.
- Entre os Muros da Escola**. Direção: Laurent Cantet. Produção Carole Scotta, Caroline Benjo. 128 minutos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XHuvaPK98Lg>. Acesso em 16/06/2016.
- GARCEZ, Pedro M. **A organização da fala-em-interação na sala de aula: controle social, reprodução de conhecimento, construção conjunta de conhecimento**. Calidoscópico, São Leopoldo, v. 4, n. 1, p.66-79, 5 maio 2006. Quadrimestral.
- KAMII, Constance & DEVRIES, Rheta. **Jogos em grupo na educação infantil: implicações da teoria de Piaget**. Trad. Marina Célia Dias Carrasqueira. São Paulo: Trajetória Cultural, 1991.
- KAMII, Constance. **A criança e o número: implicações educacionais da teoria de Piaget para a atuação junto a escolares de 4 a 6 anos**. Tradução Regina A. de Assis. 14ª ed. - Campinas, SP: Papyrus, 1992. p 103-124.
- LATAILLE, Yves de. **A escola e os valores: a ação do professor**. In: Indisciplina / Disciplina: Ética, Moral e Ação do Professor. Yves de La Taille, Nelson Pedro-Silva e José Sterza Justo. Porto Alegre: Mediação, 2005. 96 p.
- PIAGET, Jean. **O Juízo Moral na Criança**. Summus Editorial. São Paulo, 1994.
- PIAGET, Jean. **A construção do real na criança**. Zahar. Rio de Janeiro, 1975.
- Parâmetros Curriculares Nacionais**, vol. 8, p, 84. Brasil. 1998.
- ROGERS, Bill. **Gestão de relacionamento e comportamento em sala de aula**. Tradução Gisele Klein 2. ed. Rio Grande do Sul: Artmed, 2008.

Quando sinto que já sei. Direção: Anderson Lima. Produção: Antonio Sagrado, Raul Perez. 78 minutos. Documentário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HX6P6P3x1Qg>. Acesso em 16/06/2016.

SANTESTEVAN, Naiara Aguiar. **Ensino Médio: Propostas pedagógicas orientadas pelo princípio do respeito mútuo.** 2011. 54 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.